



Às nove horas do dia onze de novembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausências justificadas dos Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO e ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspiraí, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Convocado o Auditor Alexandre Cunha e o Auditor Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 053/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 120012005-00; Prefeitura Municipal de Baião; Prestação de Contas - 2005; Responsável: Benedita do Pilar Lobo Dias; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação, com ressalva, das contas da Prefeitura Municipal de Baião, exercício 2005, de responsabilidade da Sra. Benedita do Pilar Lobo Dias, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: I – aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$-7.200,00 (sete mil e duzentos reais), equivalente a 10% (dez por cento) dos vencimentos anuais da Ordenadora, com base no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal; II - ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal pela remessa intempestiva das prestações de contas do 1º e 2º quadrimestres e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 3º, 5º e 6º bimestres; 2.2 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido"*. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação, com ressalva, das contas da Prefeitura Municipal de Baião, exercício 2005, de responsabilidade da Sra. Benedita do Pilar Lobo Dias, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: I – aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$-7.200,00 (sete mil e duzentos reais), equivalente a 10% (dez por cento) dos vencimentos anuais da Ordenadora, com base no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos RGF's. **Por maioria**: II - ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do RI/TCM/Pa, pela remessa intempestiva das prestações de contas do 1º e 2º quadrimestres e RREO do 3º, 5º e 6º bimestres; 2.2 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da



votação, do Conselheiro Antonio José. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 20 a 26: **Processo nº 201110247-00; Prefeitura Municipal de Jacundá; Recurso de Revisão contra a decisão da Resolução nº 9.270, de 02.12.2008 (prestação de contas de 2001); Exercício 2004; Responsável: Adão Ribeiro Soares; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, mantendo-se a decisão anterior prolatada, nos termos da Resolução nº 9.270, que emitiu parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Jacundá, a não aprovação das contas prestadas por Adão Ribeiro Soares, exercício financeiro de 2001, com aplicação de multas, reduzindo a multa aplicada pela remessa intempestiva dos RGF's para o percentual de 15%. **Processo nº 1310012001-00; Prefeitura Municipal de Bannach; Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº 10.216, de 06.12.2011 (prestação de contas de 2001); Responsável: Geraldo Fernandes de Oliveira; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201205887-00; Prefeitura Municipal de Educação de Santarém Novo; Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 19.518/2010 (prestação de contas de 2003); Responsável: Sei Ohaze; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inêz Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para alterar, parcialmente, a decisão prolatada nos termos do Acórdão nº 19.518, de 23.03.10, afastando exclusivamente a falha quanto a não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Educação e a multa aplicada, mantendo-se a decisão em seus demais termos, dada a manutenção das falhas relacionadas aos processos licitatórios e a remessa intempestiva da prestação de contas. **Processo nº 201009207-00; Associação dos Amigos da Terra Firme; Prestação de Contas do Convênio nº 013/2010, celebrado com o Gabinete do Prefeito Municipal de Belém - Exercício 2010; Responsável: Heraldo Maria da Silva Coelho; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade as contas prestadas pelo Senhor Heraldo Maria da Silva Coelho, relativamente ao emprego da importância de R\$-58.213,60 (cinquenta e oito mil, duzentos e treze reais e sessenta centavos), recebidos através do Convênio nº 013/2010 (fls. 02/06) da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 201119488-00; Centro Educacional e Comunitário Favo de**



82 **Mel - CECFAM;** Prestação de Contas do Convênio nº 014/2011, celebrado com o Gabinete do
83 Prefeito Municipal de Belém - Exercício 2011; Responsável: Luisa das Graças Martins; Instrução: 3ª
84 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.
85 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
86 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
87 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
88 decidiu pela regularidade das contas prestadas pela Senhora Luisa das Graças Martins, relativamente
89 ao emprego da importância de R\$-25.000,00 (vinte e cinco mil reais), recebidos através do Convênio
90 nº 014/2011 (fls. 57/63), da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, a quem
91 deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, após o recolhimento de multa no valor de R\$
92 600,00 (seiscentos reais), com a recomendação de que após a expedição do competente Alvará de
93 Quitação sejam juntados os presentes autos ao processo de prestação de contas do Gabinete do
94 Prefeito, exercício 2011, para que seja procedida a encampação da falha ora suscitada na citação do
95 Ordenador responsável, com vistas à apresentação de defesa e eventual regularização. **Processo**
96 **nº 201205105-00; Sociedade Unidos Venceremos - SUVEN;** Prestação de Contas do
97 Convênio nº 007/2012, celebrado com a fundação Papa João XXIII - Exercício 2012; Responsável:
98 Domingas Neris Martins Quinto; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
99 Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
100 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
101 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
102 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas
103 por Domingas Neris Martins Quinto, relativamente ao emprego do montante de R\$-55.275,00
104 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais), recebidos da Fundação Papa João XXIII,
105 nos termos do Convênio nº 007/2012, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de
106 Quitação. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 4. Às dez
107 horas e dez minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº**
108 **930012008-00; Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte;** Prestação de Contas - 2008 –
109 Prestação de contas anuais de Governo – Imputação de Débito; Responsável: José Juraci Linhares
110 de Lima; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor
111 convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Sérgio Leão).
112 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
113 manifestou-se pela irregularidade das contas com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
114 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de
115 **Decisão:** “pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo, de responsabilidade
116 do José Juraci Linhares de Lima, Prefeito Municipal de Garrafão do Norte, exercício financeiro de 2008. Cópia
117 dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual, Federal e ao Legislativo Municipal para as
118 providências cabíveis”. **Em votação:** o Conselheiro Sérgio Leão ratificou os termos da proposta de
119 decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda e pela Conselheira
120 Mara Lúcia. O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, porém atribuiu multa de R\$-
121 15.000,00 (quinze mil reais) pela não apresentação do Balanço Geral e da prestação de contas de



Governo, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Antonio José. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo, de responsabilidade do José Juraci Linhares de Lima, Prefeito Municipal de Garrafão do Norte, exercício financeiro de 2008, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, Federal e ao Legislativo Municipal para as providências cabíveis. Vencido o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José quanto a aplicação de multa de R\$-15.000,00 (quinze mil reais) pela não apresentação do Balanço Geral e da prestação de contas de Governo. **Processo nº 930012008-00; Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte; Prestação de Contas - 2008 – Prestação de contas anuais de Gestão – Imputação de Débito; Responsável: José Juraci Linhares de Lima; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Sérgio Leão).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de Gestão, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão, em preliminar:** *"proponho ao Pleno desta Corte, como medida cautelar, com base nos Artigos 73 e 74, Inciso I da Lei Complementar nº 84/2012, a indisponibilidade dos bens do Ordenador em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento dos danos causados ao Município de Garrafão do Norte, representado no valor lançado como Agente Ordenador citado no presente relatório".* **Em votação:** o Conselheiro Sérgio Leão ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antônio José. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu tornar indisponíveis os bens do Ordenador em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento dos danos causados ao Município de Garrafão do Norte, representado no valor lançado como Agente Ordenador citado no relatório. Em seguida, o Auditor apresentou sua proposta de **Decisão de mérito:** *"proponho ao Douto Plenário a não aprovação das contas de Gestão de responsabilidade do Sr. José Juraci Linhares de Lima, Prefeito Municipal de Garrafão do Norte, exercício financeiro de 2008, que deverá recolher aos Cofres Municipais a quantia de R\$-23.033.946,71, referente aos recursos recebidos e não prestados contas, bem como a multa ao FUMREAP no valor de R\$-50.000,00 conforme previsão no Artigo 57, Inciso I da Lei Complementar nº 084/2012, assim como também a sanção prevista no Artigo 56 da Lei Complementar nº 84/2012, que torna o Gestor inabilitado para o exercício de cargos comissionados ou função de confiança no serviço público; cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e demais órgãos repassadores de recursos e ao Cartório de Registro de Imóveis, para as providências cabíveis".* **Em votação:** o Conselheiro Sérgio Leão ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Daniel Lavareda, Cezar Colares e Antônio José. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com exceção das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão de responsabilidade do Sr. José Juraci Linhares de Lima, Prefeito Municipal de Garrafão do Norte, exercício financeiro de 2008, assim como também a sanção prevista no Artigo 56 da Lei Complementar nº 84/2012, que deverá recolher aos Cofres Municipais a quantia de R\$-23.033.946,71, referente aos recursos recebidos e não prestados contas, bem como tornar o Gestor inabilitado para o exercício de cargos comissionados ou



função de confiança no serviço público; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e demais órgãos repassadores de recursos e ao Cartório de Registro de Imóveis para as providências cabíveis. **Por maioria:** multa ao FUMREAP no valor de R\$-50.000,00, conforme previsão no Artigo 57, Inciso I da Lei Complementar nº 084/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 02: **Processo nº 670012012-00; Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari;** Prestação de Contas - 2012 – contas de Governo; Responsável: Marcelo José Beltrão Pamplona; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de Marcelo José Beltrão Pamplona, face as falhas graves e danosas (descumprimentos do Art. 212 da CF/88 - Educação), do Art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), do § 3º do Art. 77, da ADCT (transferência ao FMS o percentual de 10,35% inferior ao mínimo estabelecido pela EC nº 29/2000), do Art. 77, Inciso III, da ADCT (aplicação de 10,47% dos impostos arrecadados e transferidos, em ações e serviços públicos de saúde), do Art. 19, Inciso III, da LRF (gasto com pessoal do município), e do Art. 42, da LRF (disponibilidade financeira), com recolhimento ao FUMREAP das seguintes multas: R\$-3.000,00, pelo não encaminhamento dos atos de abertura de créditos adicionais no montante de R\$-5.320.549,63, nos termos do Art. 284, § 1º, do RI/ TCM/Pa; R\$-10.000,00, pelos descumprimentos do Art. 212 da, CF/88, do Art. 22, da Lei nº 11.494/2007, do § 3º e do Inciso III, do Art. 77, da ADCT, do Art. 19, Inciso III, da LRF, e do Art. 42, da LRF, assim como a não consolidação das contas do IPM e do Poder Legislativo com as do Poder Executivo, com fundamento do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/Pa; encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 670012012-00; Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari;** Prestação de Contas - 2012 – contas de Gestão; Responsável: Marcelo José Beltrão Pamplona; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de Gestão, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de Marcelo José Beltrão Pamplona, face às falhas graves e danosas (conta "Agente Ordenador"); Pagamento de diárias a maior aos Gestores Municipais; Descumprimento do Art. 20, Inciso III, alínea "b" da LRF; Ausência de processos licitatórios, e saldo em caixa não comprovado, com os seguintes recolhimentos: aos Cofres Municipais R\$-847.338,48, referente a devolução pela conta "Agente Ordenador",



devidamente atualizado; R\$-5.110,00, relativo a devolução pelo pagamento a maior de diárias aos Gestores Municipais (sendo ao Prefeito R\$-4.190,00 e R\$-920,00 ao Vice Prefeito), devidamente atualizado; R\$-179.030,00, referente a devolução pelo saldo em caixa não comprovado; ao FUMREAP: R\$-5.000,00, multa pela remessa intempestiva da LDO, da LOA, da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, assim como do balanço geral, nos termos do Art. 284, I, II, III e IV, do RI/TCM/Pa; R\$-5.000,00, multa pelo descumprimento do Art. 164, § 3º, da CF/88, c/c Art. 43, da LRF; Descumprimento do Art. 20, Inciso III, alínea "b", da LRF (gasto com pessoal do poder executivo) e do Art. 50, II, da LRF (não apropriação dos encargos patronais), com fundamento do Art. 282, I- b, do RI/TCM/Pa; R\$-10.000,00, multa sobre as despesas não lícitas no montante de R\$-1.140.470,77, com base no Art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 06: **Processo nº 1130022008-00; Câmara Municipal de Eldorado do Carajás; Prestação de Contas - 2008; Responsável Jenean dos Reis Araújo; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Jenean dos Reis Araújo, com recolhimentos aos Cofres Municipais no valor de: R\$-1.600,00, multa pela remessa intempestiva do RGF do 2º quadrimestre, infringência ao Artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; R\$-199.650,00, relativo à devolução pelo pagamento de diárias sem comprovação; ao FUMREAP; R\$-3.000,00, multa pelo não encaminhamento das portarias de diárias e da comprovação de sua efetivação, com base no Art. 282, III, "a", do RI/TCM/Pa; R\$-3.000,00, multa sobre as despesas de R\$-37.268,54 não lícitas, com base no Art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Jenean dos Reis Araújo, com recolhimento aos Cofres Municipais no valor de: R\$-1.600,00, pela remessa intempestiva do RGF do 2º quadrimestre, infringência ao Artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; R\$-199.650,00, relativo à devolução pelo pagamento de diárias sem comprovação; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP: R\$-3.000,00, multa pelo não encaminhamento das portarias de diárias e da comprovação de sua efetivação, com base no Art. 282, III, "a", do RI/TCM/Pa; R\$-3.000,00, multa sobre as despesas de R\$-37.268,54 não lícitas, com base no Art. 57 da LC nº 084/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 470022010-00; Câmara Municipal de Moju; Prestação de Contas - 2010; Responsável Durval Pantoja da Rocha; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, recolhimentos e



encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Moju, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Durval Pantoja da Rocha, face ao pagamento à maior aos Vereadores e o descumprimento do Art. 29, Inciso VI, da CF/88 e do Art. 29-A, Inciso I, da CF/88, com os seguintes recolhimentos: aos Cofres Municipais: R\$-17.581,04, relativo a devolução pelo pagamento à maior aos Vereadores, devidamente atualizado; R\$-21.427,82, referente a devolução pela utilização de recursos de terceiros; ao FUMREAP, R\$-8.000,00, multa pelos lançamentos no e-contas incorretos dificultando a análise das contas, principalmente da despesa, assim como os descumprimentos do Art. 29, Inciso VI, da CF/88 e do Art. 29-A, Inciso I, da CF/88, com base no Art. 282, I, "b", do RI/TCM/Pa; ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1260022013-00; Câmara Municipal de Terra Santa; Prestação de Contas - 2013; Responsável Raimundo de Jesus G. Concentini; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade, com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Terra Santa, exercício financeiro de 2013, de responsabilidade de Raimundo de Jesus G. Concentini, com recolhimento ao FUMREAP do valor de R\$-3.600,00 pela ausência de processo de inexigibilidade de licitação referente a prestação de serviço de assessoria e consultoria jurídica e pelo descumprimento do Art. 2º, § único da IN nº 02/2011 do TCM, com base no Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA. **Processo nº 170022010-00; Câmara Municipal de Bragança; Prestação de Contas - 2010; Responsável Dário Emílio Dias Ramos; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Bragança, exercício de 2010, de responsabilidade de Dário Emílio Dias Ramos que deverá recolher, no prazo de 30 dias, as seguintes multas: aos Cofres do Município: R\$-10.980,00 (15% de seus vencimentos anuais), pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º ao 3º quadrimestres, prevista no Art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP: R\$-5.000,00, pelo atraso na remessa da prestação de contas, nos termos do Art. 57, III "a" da Lei Complementar nº 84/12; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 404052011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas - 2011; Responsável Vitória Pinheiro Leal; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade, com ressalvas,



das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Limoeiro do Ajuru, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Vitória Pinheiro Leal, impondo-se a ressalva face o envio extemporâneo da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres; com recolhimento ao FUMREAP de multa nos seguintes valores: R\$-2.000,00 (dois mil reais) pelo não envio da relação dos bens adquiridos no exercício, a teor do que prescreve o Art. 282, III, "a" do RI/TCM/Pa, e pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, ao teor do que prescreve o Art. 282, III, "a" do RI/TCM/Pa. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 720022011-00; Câmara Municipal de Santarém Novo; Prestação de Contas - 2011; Responsável Rodoval Lopes Teixeira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela responsabilização do Ordenador pela quantia de R\$-397.914,07, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO** em sede de **preliminar**: "*com fundamento no Art. 74, I, da Lei Complementar nº 084/2012, que sejam tornados indisponíveis durante um ano, os bens do ordenador, em tanto quanto bastem para garantir o ressarcimento determinado que deverá ser restituído aos Cofres do Município, devidamente corrigido, no prazo de sessenta (60) dias*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela indisponibilidade de bens do Responsável, por um ano, com fundamento no Art. 74, I, da Lei Complementar nº 084/2012, para garantir o ressarcimento determinado no voto do Relator devidamente corrigido, no prazo de sessenta (60) dias. Em seguida, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO de mérito**: "*pela responsabilização do Ordenador de despesas Sr. Rodoval Lopes Teixeira, pela quantia de R\$-397.914,07, recebida pela Câmara Municipal de Santarém-Novo, no exercício de 2011, sob a sua Presidência, que deverá ser restituída aos Cofres do Município, devidamente corrigida, no prazo de sessenta (60) dias; no prazo de trinta (30) dias, recolher ao FUMREAP multa no valor de R\$-15.000,00 pela omissão no dever de prestar contas, na forma prevista no Art. 57, I, "b" da Lei Complementar nº 84/2012; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela responsabilização do Ordenador de despesas Sr. Rodoval Lopes Teixeira, pela quantia de R\$-397.914,07, recebida pela Câmara Municipal de Santarém-Novo, no exercício de 2011, sob a sua Presidência, que deverá ser restituída aos Cofres do Município, devidamente corrigida, no prazo de sessenta (60) dias; no prazo de trinta (30) dias, recolher ao FUMREAP multa no valor de R\$-15.000,00 pela omissão no dever de prestar contas, na forma prevista no Art. 57, I, "b" da Lei Complementar nº 84/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 720022012-00; Câmara Municipal de Santarém Novo; Prestação de Contas - 2012; Responsável Rodoval Lopes Teixeira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público:**



Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela responsabilização do Ordenador de despesas pela omissão do dever de prestar contas e pela quantia de R\$-469.000,00, que deverá ser ressarcida ao Erário devidamente corrigida aplicando-se o disposto no inciso IV do Art. 233 (ATO nº 016/2014 RI/TCM), e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO** em sede de **preliminar**: "*com fundamento no Art. 74, I, da Lei Complementar nº 084/2012; que sejam tornados indisponíveis durante um ano, os bens do ordenador, em tanto quanto bastem para garantir o ressarcimento determinado que deverá ser restituído aos Cofres do Município, devidamente corrigido, no prazo de sessenta (60) dias*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela indisponibilidade de bens do Responsável, por um ano, com fundamento no Art. 74, I, da Lei Complementar nº 084/2012, para garantir o ressarcimento determinado no voto do Relator devidamente corrigido, no prazo de sessenta (60) dias. Em seguida, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela responsabilização do Ordenador de despesas Sr. Rodoval Lopes Teixeira, pela quantia de R\$ 469.000,00, recebida pela Câmara Municipal de Santarém-Novo, no exercício de 2012, que deverá ser restituída aos Cofres do Município, devidamente corrigida, no prazo de sessenta (60) dias; no prazo de trinta (30) dias, recolher ao FUMREAP, multa no valor de R\$-15.000,00 pela omissão no dever de prestar contas, na forma prevista no Art. 57, I, "b" da Lei Complementar nº 84/2012; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela responsabilização do Ordenador de despesas Sr. Rodoval Lopes Teixeira, pela quantia de R\$ 469.000,00, recebida pela Câmara Municipal de Santarém-Novo, no exercício de 2012, que deverá ser restituída aos Cofres do Município, devidamente corrigida, no prazo de sessenta (60) dias; no prazo de trinta (30) dias, recolher ao FUMREAP multa no valor de R\$-15.000,00 pela omissão no dever de prestar contas, na forma prevista no Art. 57, I, "b" da Lei Complementar nº 84/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 124272005-00; Fundo Municipal de Saúde de Baião; Prestação de Contas – 2005; Responsável: Leontina Lobo Dias; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Baião, exercício 2005, de responsabilidade da Sra. Leontina Lobo Dias, com recolhimento ao FUMREAP das seguintes multas: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do RI/TCM, pela remessa intempestiva das prestações de contas do 1º e 2º quadrimestres; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido*". **Em votação**: o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém com a exclusão das



multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Baião, exercício 2005, de responsabilidade da Sra. Leontina Lobo Dias, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP das seguintes multas: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do RI/TCM, pela remessa intempestiva das prestações de contas do 1º e 2º quadrimestres; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 16: **Processo nº 504092010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Timboteua; Prestação de Contas – Contas anuais de Gestão - 2010; Responsável: Antônio Nazaré Elias Corrêa; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, sem prejuízo do encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Timboteua, exercício de 2010, de responsabilidade de Antônio Nazaré Elias Corrêa, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de multa no valor de R\$-8.000,00, pela ausência de processos licitatórios, tendo como credores Pará Vendas Serv. e Com. de Gêneros Alimentícios (R\$-90.250,00); Comercial Alinutri Ltda (R\$-63.000,00); F.J.T. Da Silva (R\$-32.111,29), nos termos do Art. 282, I, "b" do RI/TCM; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 504052010-00; Fundo Municipal de Educação de Nova Timboteua; Prestação de Contas – Contas anuais de Gestão - 2010; Responsável: Antônio Nazaré Elias Corrêa; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Nova Timboteua, exercício de 2010, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30 dias), de multa no valor de R\$-5.000,00, pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, na forma do Art. 282, I, "b" do RI/TCM; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 14 e 15: **Processo nº 1194182008-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Repartimento; Prestação de Contas – 2008; Responsável Luzia Genilda Lima Santos; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de



Novo Repartimento, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Luzia Genilda Lima Santos. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José. **Processo nº 870032013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Xinguara;** Prestação de Contas – 2013; Responsável Maria de Fátima Coutinho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Xinguara, exercício financeiro de 2013, de responsabilidade de Maria de Fátima Coutinho Assunção, impondo-se a ressalva face o descontrole contábil (lançamento de conta receita a comprovar) e irregularidades formais no pregão 036/2013, com o recolhimento de multa ao FUMREAP no valor de R\$-1.500,00 (um mil e quinhentos reais) pelo descontrole contábil, com base no Art. 57, I, "b" da LC nº 84/2012, e pelas falhas formais no Pregão 036/2013, com base no Art. 57, LC nº 84/2012. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 18: **Processo nº 1173202008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Esperança do Piriá;** Prestação de Contas - 2008; Responsável: Francisco de Souza Soares; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Esperança do Piriá, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade da Sr. Francisco de Souza Soares, nos termos do Art. 32, I da Lei 84/2012. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200809625-00; Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará;** Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº 8.897, que considerou parcialmente a Denúncia contra o ex-Prefeito; Exercício 2004; Responsável: Roberto Adail Paes Rodrigues; Instrução: Auditor Sérgio Dantas; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda – **Sobrestamento do julgamento na Sessão Plenária do dia 05.06.2012.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso, mantendo os termos da decisão recorrida, Resolução nº 8.897, de 31/01/2008, que considerou parcialmente procedente a Denúncia formulada pelo Sr. Eliézer Gomes de Souza, Vereador do Município de São Francisco do Pará, contra o Sr. Roberto Adail Paes Rodrigues, Prefeito do Município de São Francisco do Pará, no exercício financeiro de 2004, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor corrigido de R\$-10.599,80 (dez mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), em razão da interrupção do pagamento do parcelamento acordado correspondente a 05 (cinco) parcelas; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, conforme a Resolução guerreada. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 23: **Processo nº 201406807-00; Fundo Municipal**



de Saúde de Pacajá; Recurso de Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 24.484 de 12.12.2013 (Prestação de Contas de 2006); Responsável: Rosa de Fátima Cândido Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 27: **Processo nº 201217559-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria** – Portaria nº 1340/12, de 02.10.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Maria da Conceição Costa Lopes; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1340/2012-GP/IPAMB, de 02/10/12, afetado consequentemente o registro anterior. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201203650-00; Câmara Municipal de Magalhães Barata; Subsídio 2012** - Resoluções nº 001/2012, que dispõe sobre a atualização dos Vereadores; Interessado: Frutuoso Gonçalves de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato, com a anexação à prestação de contas respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade da Resolução nº 001/2012, que dispõe sobre a atualização dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Magalhães Barata. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201405302-00; Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará; Subsídio 2008**- Lei Municipal nº 248-B/2008, que fixa os subsídios do Prefeito e vice-Prefeito; Interessado: Olinda da Luz Lucena; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relato: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei Municipal nº 248-B/2008 que fixa os subsídios do Prefeito e Vice Prefeito do Município de Santa Luzia do Pará, para a legislatura 2009/2012; cópia desta decisão deve ser juntada aos processos que tratam das Prestações de Contas dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 que se encontram em tramitação nesta Corte. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201216454-00; Câmara Municipal de Soure; Subsídio 2012**- Lei nº 3.269/2012, que fixa os subsídios do Prefeito, vice-Prefeito e Secretários Municipais; Interessado: Ademar Cardoso Macedo; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei Municipal nº 3.269/2012-CMS, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Soure, para a legislatura de 2013/2016. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda.



484 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** a Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para comunicar ao
485 Plenário o recebimento da recomendação de nº 001/2014/MP/PA/PJTFEIS, encaminhada pelo
486 Ministério Público do Estado, oriunda da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de
487 Interesse Social, destinada ao Senhor Prefeito Municipal de Belém, referente a observância do
488 Regime Jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública Municipal e as organizações
489 da sociedade civil. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
490 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e dois
491 minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

492 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em onze de novembro de
493 dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheira vice Presidente **MARA LÚCIA**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **CEZAR COLARES**
Presidente da Sessão